

PARECER EM RECURSO

Licitação nº. 000110-24

Recorrente: AIRLESS PINTURAS BC LTDA

Recorrida: MARMOLAVRAS LTDA

1. Requisitos Formais

Atendidos os requisitos de admissibilidade do recurso previstos no Edital (item 12.1):

- Intenção de recurso apresentada dentro do prazo de 10 (dez) minutos após declaração do vencedor e aceita pelo(a) Pregoeiro(a);
- Razões apresentadas dentro dos 3 (três) dias úteis (fls. 95 a 100).

Aberto o prazo de 3 (três) dias úteis, não houve apresentação de contrarrazões pela licitante **MARMOLAVRAS LTDA**.

2. Mérito

A recorrente alegou, em síntese:

- Ausência de comprovação da capacidade técnica.

Em análise às argumentações apresentadas, esta Comissão Permanente de Licitação entendeu pelo **provimento** do recurso, pelas razões a seguir expostas.

Ao entender da Recorrente, a proponente Recorrida não poderia ser habilitada no certame por não demonstrar/comprovar, por meio do atestado apresentado, aptidão para desempenho de serviço de comprovando a execução de 40% do quantitativo total a ser executado, ou seja, 4.840,00m² de limpeza, revitalização e tratamento de pisos e revestimentos de pedras, exigência constante no subitem 9.4.1 do Instrumento Convocatório.

Alega a Recorrente, que um dos atestados apresentados pela Recorrida não preenchem os requisitos aprazados de forma clara e cogente no Edital, pois foi emitido por pessoa jurídica de direito privado em 12/08/2024, um dia antes do certame, o que deixa dúvidas quanto à sua legitimidade.

Diante do exposto, esta Pregoeira compreendeu pela necessidade de promoção de diligência no atestado de capacidade técnica apresentado para confirmação da prestação de serviços entre a empresa 37.135.007 IVAN BOSCO DAVIN JUNIOR (POLIPISOS LAVRAS) e a MARMOLAVRAS LTDA, nos termos do item 16.2 do Edital.

Em resposta a diligência ora requerida, a 37.135.007 IVAN BOSCO DAVIN JUNIOR (POLIPISOS LAVRAS) informou que a Recorrida prestou o serviço no Sítio Figueiras em Ijaci/MG, conforme demonstrado na fl. 101 dos autos do processo. No entanto, a verificação do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) revelou que a empresa emissora do atestado, 37.135.007 IVAN BOSCO DAVIN JUNIOR (POLIPISOS LAVRAS), possui em seu quadro societário o mesmo sócio da Recorrida, conforme constatado nas fls. 102 a 106 do processo.

Essa situação caracteriza que a Recorrida apresentou atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica cujo quadro societário inclui sócio em comum com a própria licitante, o que fere o disposto no subitem 9.4.5 do Edital, que determina:

9.4.5. Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante, em seu próprio nome.

O propósito dessa cláusula é impedir a auto comprovação de capacidade técnica, evitando que a objetividade e a imparcialidade sejam comprometidas na aferição da aptidão do licitante para a execução do objeto licitado.

Nesse contexto, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) se posiciona de forma reiterada contra a aceitação de atestados emitidos por empresas cujos quadros societários incluem membros da licitante. O entendimento do TCU é que tal situação compromete a imparcialidade e pode acarretar prejuízos ao princípio da isonomia e da legalidade, que regem os procedimentos licitatórios. Destacamos:

No Acórdão 2.587/2019 – Plenário, o TCU entendeu que: "Os atestados de capacidade técnica devem ser emitidos por terceiros, com o objetivo de garantir que a avaliação da qualificação técnica seja feita de maneira independente e sem favorecimentos indevidos. O princípio da impessoalidade impõe que a comprovação de aptidão para a execução do objeto licitado seja feita por pessoas ou entidades alheias ao licitante, de forma a garantir a equidade do processo licitatório."

Além disso, o Acórdão 1.579/2018 – Plenário reforça que: "A apresentação de atestado emitido por entidade ou empresa com vinculação societária com o licitante configura afronta ao princípio da moralidade administrativa, podendo, portanto, ensejar a inabilitação do concorrente, dada a ausência de independência na verificação da capacidade técnica."

No caso em tela, verifica-se que o atestado foi emitido por uma empresa que possui vínculo societário com a licitante classificada em primeiro lugar, o que contraria o disposto no Edital e na jurisprudência do TCU. Por sua vez, mesmo que o serviço tenha sido efetivamente prestado, a vinculação societária entre as empresas impede que se reconheça o atestado como capaz para comprovar a capacidade técnica exigida no certame.



Dessa forma, por todo o exposto, esta Pregoeira constatou que o atestado de capacidade técnica apresentado pela Recorrida viola o estabelecido no Instrumento Convocatório. Sendo assim, resta necessário a reforma da decisão sobre o julgamento da habilitação da empresa.

3. Conclusão

Por todo o exposto, presentes os requisitos da tempestividade, motivação, interesse e legitimidade, esta Pregoeira, opina pelo **conhecimento** do recurso para, no mérito, **DAR PROVIMENTO**, sendo reconsiderada a decisão sobre o julgamento Pregão Eletrônico nº. 000110-24.

Belo Horizonte, quarta-feira, 18 de setembro de 2024


Jakelyne Costa Alves
Pregoeira Oficial

